

FORMAÇÃO ACADÉMICA E VIDA QUOTIDIANA
DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA
NOS PRIMÓRDIOS DA SUA FUNDAÇÃO
— UMA LEITURA CONTEXTUAL — *

por **Amélia Maria Polónia da Silva**

1. Considerações gerais

A temática que nos propomos abordar no presente artigo obteve já, ao longo de décadas, a atenção de numerosos historiadores que particularmente insistiram nas vertentes pedagógica e científica da universidade eborense, salientando linhas de força, às quais nos permitiremos voltar ao longo deste trabalho¹.

O título que lhe demos pressupõe, porém, ao que cremos, uma leitura algo diversa, ao explicar dois componentes interligados de análise: Cultura e Sociedade, Estruturas de Ensino e Vida Quotidiana. Com efeito, o que se pretende é situar os estudantes da Universidade de Évora na dupla vertente da sua existência no espaço escolar e urbano.

É nesta perspectiva que se procurará captar a relação dinâmica

* O presente trabalho teve como ponto de partida o relatório de uma aula teórico-prática apresentada a Provas Pedagógicas, na Faculdade de Letras do Porto, em Janeiro de 1990, tendo, no entanto, sofrido as alterações e acréscimos considerados pertinentes, em ordem à inserção nesta publicação.

¹ Vide bibliografia apresentada.

estabelecida entre as orientações científicas, pedagógicas e disciplinares a que estavam sujeitos pela estrutura académica, e os condicionalismos concretos — de vestuário, alimentação, lazer, práticas religiosas e comportamentos sociais a que se obrigavam pela sua própria condição de estudantes.

Se os primeiros aspectos poderão ser reveladores das correntes intelectuais dominantes no ensino universitário do Portugal quinhentista, os segundos serão virtualmente esclarecedores da condição social desses estudantes e das exigências da sua formação que, para muitos, tinha em vista a vida eclesiástica, como teremos oportunidade de salientar.

Atendendo aos objectivos declarados, os documentos seleccionados como base deste trabalho procuram contemplar vários testemunhos dessa vivência, assim como os condicionalismos normativos a que estavam sujeitos. Entre eles, destacamos:

— Uma provisão do Cardeal D. Henrique que acompanha os *Estatutos Primeiros da Universidade*, da sua autoria, na qual se explicitam algumas das motivações da fundação da Universidade²;

— Os *Estatutos Segundos da Universidade de Évora* — aqueles que, de facto, regeram a vida da academia, da responsabilidade da Companhia de Jesus³;

— Extractos das *Obras* de D. João de Castro⁴, aluno da universidade em estudo;

— Extractos de alguns *Sermões* do Padre Francisco de Mendonça, conhecido pregador jesuíta do século XVII, que acompanhou de perto a vida estudantil, e que sobre ela reflectiu na sua parenética⁵.

Por outro lado, e porque se impõe que compreendamos os resultados obtidos através da análise das fontes em função dos contextos que os condicionam, debruçar-nos-emos, em primeiro lugar, sobre as circunstâncias que envolveram a abertura da Universidade de Évora.

² *Provisão do Cardeal Infante D. Henrique* in «Statutos ordenados por ho illustrissimo e muito exçelente, príncipe, e serenissimo señor dom Anrique...». Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.), IV, 1.^a E, 24, 4, 6.

³ *Estatutos da Universidade de Évora*. Biblioteca Pública de Évora. (B.P.E.), Códice CXIV / 2-31.

⁴ CASTRO, D. João de — *Obras*, t. 1, liv.^o 5.^o, cap.^o 3-8, publ. AZEVEDO, José Lúcio de — «A Evolução do Sebastianismo». «Arquivo Histórico Português», Lisboa, Vol. X, s.d., pp. 453-459.

⁵ MENDONÇA, P. Francisco de — *Sermões*, publ. ALVES, Paulo Durão, S.J. — «Significado Histórico-Cultural da Universidade de Évora». «A Cidade de Évora», Évora, vol. XVI, n.^o 41-42, 1959, pp. 24-26.

2. Circunstâncias da fundação da Universidade

Teríamos, talvez, que começar por salientar o facto de a Universidade Eborense como, de resto, a orgânica que a envolve, ser uma obra conjunta do Cardeal Infante D. Henrique e da Companhia de Jesus. Mas, independentemente das directas motivações que envolvem o projecto do Cardeal, as quais analisaremos oportunamente, este facto parece decorrer de um conjunto de circunstâncias que o transcendem, e que foram já, de resto, equacionadas por investigadores de nomeada.

Em primeiro lugar, a sua criação parece decorrer de uma pretensão ancestral de se fundar uma segunda universidade no reino, a qual se faz, inclusive, remontar ao reinado de D. Pedro. Revivida após Alfarrubeira, ela teria, de novo, encarnado no reinado de D. Manuel, e conhecido manifestações mais pontuais, como a assumida por D. Teodósio de Bragança, ao querer criar, em Vila Viçosa, um segundo estudo universitário⁶.

Em segundo lugar, ela coincide e alimenta-se de um clima pós-tridentino que vê na formação eclesiástica a chave (ou uma das chaves) para a resolução da grave crise vivida pela Cristandade e, em particular, pelo universo católico. Isso pressuporia a multiplicação de centros de formação convenientemente orientados.

Em terceiro lugar, ela só teria sido possível pela presença em Portugal de um corpo pedagógico que, corporizando uma nova metodologia — a da *ratio studiorum*, gozava da confiança de importantes figuras da vida pública portuguesa, entre as quais do Cardeal Infante D. Henrique, o qual, depois da hostilidade com que primeiramente recebeu a nova congregação, a ela se votou sem resistências, adoptando os seus membros como directores espirituais e, mesmo, como seus dilectos colaboradores na diocese de Évora⁷.

Por último, a sua fundação só acontece depois de vencidas as resistências de uma figura central da vida política e cultural portuguesa de quinhentos: D. João III. Responsável pela transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra; um dos principais responsáveis pela sua reestruturação pedagógica e científica, e pela introdução, ainda que por um curto período, e com pouco brilho, do espírito do humanismo europeu, D. João III sempre se opôs ao projecto de criação de um segundo pólo universitário no país. A própria data de fundação da Universidade

⁶ Cf. CASTELO-BRANCO, Fernando — *As Origens da Universidade de Évora*. «A Cidade de Évora», Évora, Vol. XVI, n.º 41-42, 1959, pp. 37-45.

⁷ Para maiores desenvolvimentos desta matéria, vide SILVA, Amélia M. Polónia da — *O Cardeal Infante D. Henrique, Arcebispo de Évora. Um Prelado no Limiar da Viragem Tridentina*, Porto, 1989, (Dissertação Polic.), pp. 223-231.

de Évora — 1559, comprova, a nosso ver, a incapacidade de o Cardeal Infante vencer essa resistência.

Este elenco de considerações, que não têm, de resto, qualquer pretensão de exaustividade, não pode, no entanto, fazer esquecer as directas motivações do seu fundador e principal impulsionador. E, neste pressuposto, duas vias devem ser seguidas: a análise das motivações, documentalmente declaradas, que assistem à fundação da Universidade, e a sua compreensão dentro de um contexto mais amplo que envolve o perfil pessoal e a caracterização das principais linhas de força da actividade pastoral do Cardeal D. Henrique, em Évora.

A provisão do Infante com que abrem os Estatutos da Universidade⁸, torna-se, a nosso ver, central para o debate da primeira questão enunciada, mais ainda se a confrontarmos com uma carta, enviada pelo mesmo a D. Afonso de Lencastre, embaixador português em Roma, em 19 de Fevereiro de 1558, a qual condensa os argumentos a apresentar ao pontífice, visando a aprovação do projecto.

Nos documentos citados, as motivações que subjazem ao empreendimento são claras, destacando-se entre as principais:

- a carência de teólogos e de clérigos instruídos no reino;
- a dificuldade de os estudantes do Alentejo e Algarve vencerem a distância que os separava de Coimbra;
- o facto de a Faculdade de Teologia da Universidade coimbrã não corresponder às exigências da época e estar desfasada em relação à cultura teológica europeia.

O cotejo das fontes elucida as nossas ilacções. Com efeito, é o Cardeal Infante que aponta as directas motivações para a criação da Universidade, citando:

*«...a falta que avia neste nosso arçebispado deuora de pregadores, confesores curas e saçerdotes idoneos (...) mas tambem pera os bisposdos vezinhos e comarcãos...».*⁸

Seria, então seu objectivo prover para que ouvesse *«...tanto numero de pregadores e confesores e curas idoneos que el Rey meu Senhor e os Reys destes Reinos seus sucessores possão com seguridade de sua conçiencia escolher pera as igrejas de sua apresentação mandar*

⁸ Provisão do Cardeal Infante D. Henrique in «loc. cit.».

aas Ilhas Reinos e províncias a elles sujeitas pera augmentação de nossa sancta fee»⁹.

A vocação eminentemente eclesiástica deste projecto não poderia resultar mais clara deste enunciado. Mas outras vantagens aponta o Cardeal Infante, procurando viabilizar um intento desde longa data coartado pela acção proteccionista de D. João III à Universidade de Coimbra, a que já nos referimos. O segundo documento referido é disso ilustrativo:

«Vendo eu a muita falta que ha em estes reinos de teologos e pessoas que possam ensinar a doutrina cristã e a palavra de Deus ao povo, e assim os muitos benefícios curados que nele há, que muitas vezes não são providos de pessoas tão doutas e suficientes como é necessário e se requiere ao serviço de Nosso Senhor e salvação das almas, por ter entendido que da Universidade de Coimbra em estas facultade de Teologia o maior fruto que se faz é em pessoas religiosas, do que parece ser causa não poderem tam facilmente ir a ele estudar as pessoas que vivem em terras afastadas, principalmente em Alentejo e Algarves, assim por suas pobrezaas, como por serem lugares tão remotos da dita Universidade o que parece se podia remediar com se instituir e criar em o meu colégio de Évora uma Universidadezinha em que somente se lessem as linguas, artes, teologia e casos de consciência (...)»¹⁰.

Lançando a esta argumentação um olhar crítico, e ainda que tendo em conta a sua natureza estratégica no alcance do privilégio pretendido, não poderemos, de todo, excluir a sinceridade de algumas das pretensões declaradas, as quais são corroboradas, aliás, pelo percurso que da Universidade conhecemos, como teremos oportunidade de sublinhar.

Com efeito, o próprio *curriculum* académico (que corresponde, de resto, aquele enunciado neste documento) quase poderá levar-nos a considerar o novo instituto como uma universidade eclesiástica. Assim o parece sugerir o conjunto de cadeiras com que se inicia a sua actividade lectiva: duas de Teologia Especulativa, uma de Escritura Sagrada, uma de Teologia Moral (ou Casos de Consciência), uma de Filosofia, e oito de Retórica e Latim. Mais tarde, e ainda em vida do Infante, o número

⁹ Idem.

¹⁰ *Carta de D. Henrique a D. Afonso de Lencastre*, s. l., 19 de Fevereiro de 1558 in RODRIGUES, Francisco — *História da Companhia de Jesus na Assistência a Portugal*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1871, t. 1, vol. II, p. 313.

de cadeiras viria a aumentar, compreendendo mais uma de Teologia Moral, três de Filosofia e duas de Ler, Escrever e Contar¹¹.

Ainda que saibamos que a ausência, neste conjunto, de disciplinas como a Medicina, o Direito Civil, ou a parte contenciosa do Direito Canónico se deve a um desejo expresso de se conservar o monopólio lectivo da Universidade de Coimbra nessas matérias, contemplado, de resto, na bula de erecção da Universidade eborense¹², tal facto não nos deverá fazer esquecer que o elenco reproduzido parece ser, de todo, adaptado ao objectivo que D. Henrique declara como primordial no seu projecto: a formação do clero.

A compreensão dos motivos que assistem à fundação da Universidade e à escolha dos padres da Companhia de Jesus como seus agentes pedagógicos só poderá, no entanto, ser atingida através de uma análise mais ampla que envolva o perfil pessoal e pastoral de D. Henrique, e a circunstância de este ser, desde 1540, arcebispo de Évora, tendo desenvolvido, nessa diocese, um coerente programa de actuação pastoral.

O delinear pormenorizado desse traçado transcende o âmbito deste trabalho, e foi já objecto de outros estudos¹³. Não poderemos, porém, deixar de recordar algumas linhas de força que condicionam a concepção e o evoluir do projecto pedagógico que nos propomos abordar.

Recordemos, em primeiro lugar, a permanente ligação do Cardeal Infante à urbe e à diocese. O seu episcopado aí se desenvolveu por um longo período de tempo (1540/64 e 1575/78), tendo o prelado retomado os seus destinos logo que as circunstâncias políticas o proporcionaram. Com efeito, finda a sua incumbência de regente do reino, que o levava a transferir-se, por uma questão de residência, para o arcebispado de Lisboa, em 1564, logo este retorna à diocese de Évora, tendo sido, de resto, seu desejo aí ter sido sepultado, ainda que, pela sua posterior condição régia, tal intento não se tenha concretizado.

Sublinhemos, ainda, que a esta prelasia votou um particular cuidado pastoral, nela tendo desenvolvido projectos apenas iniciados noutros espaços episcopais, como o de Braga ou Lisboa. Com efeito, o perfil da diocese transtagana viu-se substancialmente alterado no decurso do episcopado henriquino, seja no domínio espacial (lembremos os des-

¹¹ Vide VELOSO, J. M. Queirós — *A Universidade de Évora. Elementos para a sua História*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, p. 16.

¹² Vide Bulas de Paulo IV, de 18 de Setembro de 1558 e 13 de Abril de 1559, cit. por VELOSO, J. M. Queirós in *op. cit.*, p. 41.

¹³ Vide SILVA, Amélia M. Polónia — *op. cit.* e *O Cardeal Infante D. Henrique — Um Prelado segundo o Paradigma do «Stimulus Pastorum» de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires?* in «Actas do Congresso Comemorativo do IV Centenário da Morte de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires» (no prelo).

membramentos que conhece com a criação dos bispados de Portalegre — em 1550, e de Elvas — em 1570, estando a intervenção do prelado inequivocamente documentada neste último caso¹⁴), seja nos aspectos orgânicos, catequéticos ou litúrgicos.

A criação de novos benefícios, muitos dos quais curados, a revisão dos estatutos do cabido, a elaboração dos Regimentos do Côro, da Sacristia e da Igreja¹⁵, a dignificação do culto divino, tornando-o mais solene, o incentivo ao ensino da doutrina às crianças, o incremento dado à pregação, ou o apelo à frequência de sacramentos e o recurso a homiliários e manuais de confessores, cuja publicação ele próprio financiava, parecem ser aspectos que se interligam, configurando um verdadeiro programa de actuação pastoral, concebido em moldes tridentinos, sendo, de resto, por vezes anterior às deliberações ecuménicas¹⁶.

A escolha dos padres da Companhia de Jesus como seus privilegiados colaboradores pastorais, fosse como confessores, pregadores, ou seus directores espirituais, e a própria aproximação da espiritualidade de D. Henrique às orientações e práticas devotas da nova congregação completam um quadro que em traços largos pretendemos traçar.

O recurso aos abundantes réditos diocesanos e à sua própria fazenda para a criação de estruturas de ensino vocacionadas à preparação de ministros de culto enquadram-se, a nosso ver, neste mesmo contexto.

Com efeito, um olhar lançado ao *Livro da avaliação das rendas eclesiásticas do arcebispado...*, de 1565¹⁷, e a um apontamento, sem data, intitulado *Rendas que se tiraram ou sahirão da Ex.ma Mitra, Fábrica e cabido eborense no seculo XVI «causa studii»*¹⁸, permitem-nos perceber, com clareza, esta situação. Será, porém um levantamento feito por Querós Veloso, aquele que nos faculta uma mais correcta avaliação desta matéria¹⁹.

¹⁴ Vide Idem — *O Cardeal Infante D. Henrique, Arcebispo de Évora...*, pp. 339-343.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 353-365.

¹⁶ Vide Idem — *Recepção do Concílio de Trento em Portugal. As Normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino em 1553*. «Revista da Faculdade de Letras, «História», II Série, Vol. VII, Porto, 1990, pp. 133-143.

¹⁷ B.P.E., Cód. CXI / 1-4.

¹⁸ B.P.E., Cód. CIX / 2-11, n.º 6.

¹⁹ Regista o autor que, da mitra eborense foram subtraídas as vilas de Sobral de Montagraço, com a sua jurisdição e respectivos dízimos, sete herdades, 30 moios de trigo anafil e 10 de cevada, além de 292.000 réis em dinheiro de pensão para os

Mas se os rendimentos subtraídos à mitra eborense eram avultados, eles não eram suficientes por si só para suportar aquilo que se prefigura como um verdadeiro sistema pedagógico, corporizado, para além da Universidade de Évora, num conjunto de instituições que a cronologia evidencia.

A referência, ainda que esquemática, às realizações pedagógicas do Cardeal torna, a nosso ver, inquestionável, a existência de um amplo projecto em que a Universidade se integra como principal pólo dinamizador. Será de referir:

— anterior a 1553: o projecto, não concretizado, de criação de um seminário diocesano²⁰;

— 1553: a fundação do Colégio do Espírito Santo, entregue à Companhia de Jesus, o qual, da aspiração básica de leccionar Humanidades e Casos de Consciência passará aos cursos de Artes e Teologia;

— 1555: a criação da Capela de Vera Cruz, para 26 bolseiros clérigos cursantes de Casos de Consciência;

— 1559: a fundação da Universidade e a criação da Capela de S. João, para 24 bolseiros clérigos cursantes de Teologia e Artes;

— 1562: a instituição do Colégio de S. Manços, para estudantes pobres, filhos de criados do Infante e «porcionistas»;

— 1573: o projecto de criação de mais quatro colégios anexos à Universidade: o de S. Gregório, para 40 clérigos cursantes; o de S.¹⁰ Agostinho, para 60 estudantes de Artes; o de S. Jerónimo para 50 humanistas; o de N. Sr.^a da Purificação, para 12 teólogos «passantes», do qual só o último será fundado, englobando algumas das aspirações do de S. Gregório;

— 1578: a criação do Colégio dos Moços de Côro.

capelães de S. João. Da fábrica da Igreja foram retiradas 10 herdades, parte dos dízimos da igreja de S. João de Estremoz, 200.000 réis em dinheiro e 14.900 réis anuais de foros.

Finalmente, da mesa capitular teriam sido desmembradas as três pares da comenda de Vera Cruz para os 26 casuístas da respectiva capela e os dízimos da igreja de S. João de Montemor-o-Novo, os quais competiam ao cônego mestre escola. (Cf. VELOSO, J. M. Queirós — *op. cit.*, pp. 58-59).

²⁰ Vide sobre esta matéria, TELES, Baltazar — *Crónica da Companhia de Jesus da Província Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Paulo Craesbeek, 1645-77, p. 316 e FRANCO, António — *Imagem da Virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Collegio do Espírito Santo de Évora no Reino de Portugal*, Livro 1.^o, Lisboa, 1714.

Deste enunciado, três ideias haverá que salientar. A primeira é a dupla componente civil/eclesiástica prevista para os colégios em causa, com notável predomínio desta. Notemos que só o Colégio de S. Manços (que encerrará, de resto, logo após a morte do Infante) e o Colégio dos Moços de Côro se destinam especificamente a leigos, sendo de ressaltar que, mesmo este último era impedido pela clara intenção de orientar os antigos moços de côro para a vida religiosa, como se depreende dos seus estatutos²¹.

A segunda ideia a destacar consiste na importância do sistema de concessão de bolsas de estudo, concebido de modo a proporcionar a frequência dos Colégios (seja do Espírito Santo, de S. Manços ou dos Moços de Côro) por clérigos e estudantes pobres. Nele se integra, de resto, a instituição das Capelas de Vera Cruz e de S. João.

Finalmente, temos que sublinhar o esquema coordenado que resulta dos empreendimentos pedagógicos do Cardeal, no qual a Universidade funciona como o núcleo central, em redor do qual se posicionam todos os outros, dependentes organicamente daquela. Neste contexto se deverá, ainda, integrar a criação do hospital e da cadeia da Universidade, e da própria tipografia, ainda que esta somente em 1657 (Vide QUADRO I).

Os intentos subjacentes a tal orgânica — a eficácia funcional do sistema universitário, mediante a criação de células específicas de enquadramento discente, e o seu paralelismo com a Universidade de Coimbra deverão ser, de resto, também devidamente salientados.

3. Os alunos da Universidade de Évora — procedência geográfica e perfil social

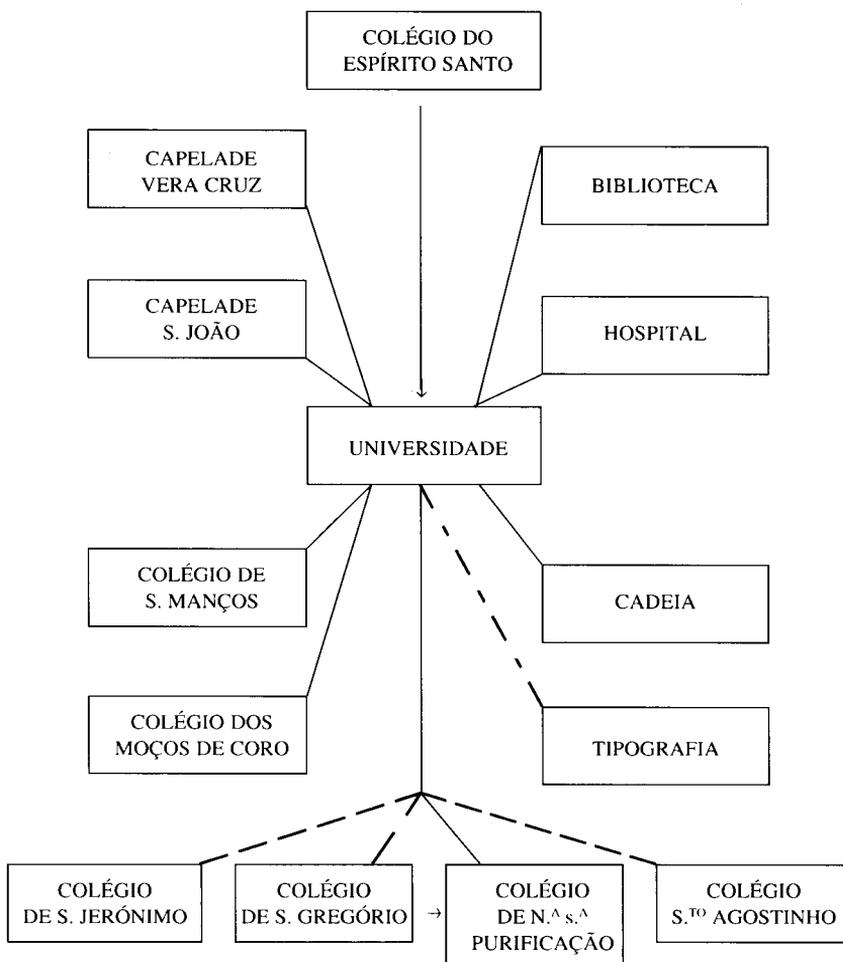
Compreendidas, ainda que lacunarmente, as circunstâncias, as intenções e a orgânica que subjazem à criação da Universidade eborense, importa que nos interroguemos sobre os quadros humano que a dinamizam — os seus docentes e discentes.

Os primeiros estão devidamente identificados. Já referimos o facto de todas as instituições de ensino criadas pelo Cardeal Infante terem sido entregues aos padres da Companhia de Jesus. Esta exclusividade pedagógica da Companhia, a qual se pretendia que fosse extensiva a

²¹ Vide *Regimento dos Colegiais Moços de Côro*. Arquivo da Sé de Évora. (A.S.E.), EE 20 o e ALEGRIA, J. A. — *A Música em Évora no Século XVI. Tentativa de Esboço Histórico*. «A Cidade de Évora», Évora, vol. II, n.º 6, Março de 1944, pp. 25-43 e Vol. II, n.º 7-8, Junho-Setembro de 1944, pp. 118-132.

QUADRO I

A ORGÂNICA UNIVERSITÁRIA EBORENSE



Legenda:

- — — — — PROJECTOS CONCRETIZADOS
- - - - - PROJECTOS NÃO CONCRETIZADOS
- - - - - REALIZAÇÕES POSTERIORES

toda a cidade teria, de resto, motivado o encerramento das escolas que ao tempo aí existiam, à excepção, é claro, das conventuais. Mas mesmo estas veriam o seu raio de acção reduzido aos seus próprios membros e respectivos criados e familiares²².

O significado destes dois dados — a escolha dos padres jesuítas como exclusivos agentes pedagógicos dos empreendimentos henriquinos e a uniformização do ensino em Évora sob uma mesma orientação radica, ainda, na compreensão do perfil e da actuação pastoral do Cardeal Infante, e testemunha, ao mesmo tempo, um dado historiográfico que se nos afigura já adquirido: o da notória adesão do Cardeal Infante às directivas espirituais e intelectuais dessa nova congregação religiosa, de pois de uma hostilidade inicial face aos seus discípulos.

Da espiritualidade inaciana não se tratará aqui, e do perfil intelectual dos seus seguidores falou-se já abundantemente, e com maior autoridade²³. Limitar-nos-emos, por isso, a salientar a importância do método de ensino introduzido em Portugal por esta congregação, e inspirado pelos ventos tridentinos, conhecido globalmente sob a designação de *ratio studiorum*. Com efeito, as principais linhas de força pedagógicas, disciplinares e científicas que lhe são subjacentes, encontram-se visivelmente reflectidas nos Estatutos da Universidade de Évora, e a elas voltaremos ao longo deste trabalho.

É sobre o segundo grupo humano que integra a Universidade — os estudantes, objecto prioritário do nosso estudo, que importa que nos debrucemos.

No que se refere à sua evolução quantitativa, os números apresentados por Francisco Rodrigues para o período compreendido entre 1559 e 1592²⁴, e os extraídos do *Mappa dos Estudantes da Universidade de Évora*²⁵, referente ao ano lectivo de 1603/04 e relativos apenas às classes de Humanidades (Vide QUADRO II), indiciam, desde logo, o êxito conhecido pelo edifício pedagógico eborense. Mas correspon-

²² É o que directamente se infere do articulado dos Estatutos:

«Porque na dita Universidade se ande leer as ditas lições não avera outras escolas privadas nem públicas na cidade de Évora, nem em seu termo, salvo de ler e escrever, porem nos conventos dos religiosos que na dita cidade houver se poderão ler quaisquer lições com tal declaração que somente as possam ouvir os mesmos religiosos e seus servidores, e achegados que elles mantiverem a sua custa e outros alguns não...» (Cf. *Estatutos...*, Livro III, Cap.º 1, Parág. 7).

²³ Vide, entre outros, RODRIGUES, Francisco — *op. cit.* e *A Formação Intelectual dos Jesuítas*, Porto, Liv. Magalhães & Moniz, 1917.

²⁴ RODRIGUES, Francisco — *História da Companhia de Jesus...*, T. II, vol. II, p. 15.

²⁵ Biblioteca Nacional de Lisboa (B.N.L.), F.G., Cód. 368.

QUADRO II

EVOLUÇÃO NUMÉRICA DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ANO	N.º DE ESTUDANTES	OBSERVAÇÕES
1559	600*	
1566	800*	Não inclui os do ensino elementar
1571	1 000*	Inclui os do ensino elementar
1579	1 300*	Inclui os do ensino elementar
1592	1 200*	
1603/04	1 321**	Inclui apenas os das 8 classes de Humanidades

* Cf. Francisco Rodrigues — *História da Companhia de Jesus [...]*, t. II, vol. II, p. 15.

** Cf. *Mapa dos Estudantes da Universidade de Évora*. B.N.L., F.G., Cod. 368.

deria, de facto, a Universidade nos seus graus superiores, às necessidades de formação dos jovens alentejanos? Absorvia ela, de facto, a população estudantil da área do arcebispado que pretendia servir?

Creemos poder afirmar que no que se refere aos graus ministrados, nomeadamente, Artes e Teologia — Moral e Especulativa, tal acontecia. É o que parece sugerir o trabalho de Ángel Márcos de Dios sobre os estudantes do arcebispado de Évora na Universidade de Salamanca durante os reinados dos Filipes (1580-1640)²⁶.

Os dados nele contidos, extraídos dos livros de matrículas, de graus, de claustro e de cátedras permitem-nos chegar a interessantes conclusões. Com efeito, parece ter sido insignificante o número de alunos oriundos de dioceses a Sul do Tejo, que em Salamanca frequentava as Faculdades de Cânones, Teologia, Leis e Gramática. Pelo contrário, corresponde a 80% do total dos portugueses o número dos que, provindos das dioceses de Évora, Elvas, Portalegre e Faro frequentavam a Faculdade de Medicina, inexistente na Universidade de Évora. Isto é,

²⁶ MARCOS DE DIÓS, Ángel — *Estudiantes de la Archidiócesis de Évora en la Universidad de Salamanca (1580-1640)*. «A Cidade de Évora», Évora, Vol. XXXIII, n.º 59, Jan.-Dez. 1970, pp. 71 e seg.

parece inequívoco que nos domínios em que esta Universidade assegurava a leccionação, ela catalizava, de facto, os estudantes naturais e residentes no Alentejo e Algarve. Regista-se, pois, com significado, a sua presença em Salamanca, apenas em áreas não contempladas pela estrutura curricular eborense.

Mediante estas conclusões, cremos poder afirmar que os estudos superiores criados por D. Henrique na cidade de Évora garantiam a formação de um número significativo de jovens, particularmente alentejanos, entre os quais se encontravam os candidatos à carreira eclesiástica, ou já nela integrados.

Mas de onde provinham, em concreto, os estudantes que frequentavam a academia eborense? Os dados que nos foi possível compulsar para o ano lectivo de 1603/04 não parecem oferecer grandes surpresas. Ao Alentejo cabe a primazia, seguido, à distância, pela Beira, Estremadura e Algarve. De notar, ainda, a presença de estudantes dos Açores, Brasil, França e Irlanda, estando a presença destes últimos provavelmente relacionada com o clima de perseguição religiosa que aí se vivia. (Vide QUADRO III). Outros testemunhos documentam, de resto, para os finais do século XVI, outras proveniências, segundo atesta a citação que se segue:

«Passando nos por Evora bem Norte Sul do nosso intento, pou-samos em casa de hum estudante, conhecido de meu companheyro (...) chamado Jam Pinto, homem preto, natural do Congo, ou de Angola: mas bem branco nas partes por sua virtude, & prudencia: o qual depois ordenado saçerdote, se foy pera os seus naturaes.»²⁷

Para além de nos elucidar sobre proveniências, ainda que excepcionais, de alunos da Universidade, este documento é também esclarecedor sobre um outro aspecto: o dos destinos dos estudantes. O que aqui se indica parece confirmar a realização de uma das pretensões do Cardeal Infante: a de a sua Universidade vir a formar pregadores e curas idóneos que servissem, não só no reino, mas em todas as possessões ultramarinas.

Mas deixemos os itinerários futuros e retomemos a procedência geográfica dos estudantes. Na verdade, as tendências projectadas no QUADRO III merecem-nos algumas considerações.

Em primeiro lugar, elas parecem ser confirmadas pelos dados colhidos no *Livro dos Juramentos e profissões de Fee...* relativo aos

²⁷ CASTRO, D. João de — *op. cit.*, p. 453.

QUADRO III
PROVENIÊNCIA GEOGRÁFICA DOS ESTUDANTES

PROVENIÊNCIA	N.º DE ESTUDANTES	%
Trás-os-Montes	1	0,1
Entre-Douro-e-Minho	15	1,1
Beira	103	7,9
Estremadura	63	4,8
Alentejo	1017	77,8
Algarve	32	2,4
Açores	2	0,2
Brasil	2	0,2
Espanha	5	0,4
França	1	0,1
Irlanda	3	0,2
Não Identificados	64	4,9
TOTAL	1308	100

FONTE: *Mapa dos Estudantes da Universidade de Évora.*

licenciados do curso de Artes que prestaram juramento no ano lectivo de 1569 a 1571, e aos bacharéis da mesma área dos anos lectivos de 1569 a 1572²⁸. Aqui encontramos, de novo, o Alentejo com 81,3% do total de alunos, seguido da Estremadura (8%) e da Beira (6,3%).

Em segundo lugar, e a nível da província alentejana, é notória a presença significativa de alunos procedentes da própria cidade de Évora. Com efeito, deparámo-nos com 283 provenientes dessa cidade nas classes de Humanidades no ano lectivo de 1603/04, o que corresponde a 21,4% do total, e com 37 entre os licenciados e bacharéis em Artes nos anos lectivos de 1569/72, ou seja, 26,6% do universo em análise.

Esta tendência, inquestionável à luz dos resultados apurados, parece ter sido prevista pelo Cardeal Infante. Com efeito, uma das deli-

²⁸ B.P.E., Cód. CXXX / 1-3.

berações contidas nos *Estatutos das Capelas de Vera Cruz*²⁹ e de S. João³⁰ refere-se especificamente, à proveniência dos eclesiásticos candidatos às capelarias. Nela se prescreve que estes deveriam ser recrutados entre os clérigos do arcebispado, mas não da cidade de Évora. Os Estatutos da Capela de Vera Cruz explicam porquê:

«E isto ordenamos por nos parecer mais beneficio de n.sor. pello bom aparelho que os naturaes da dita cidade teem pera poderem estudar e pera os que forem do dito Arcebispado em lugares apartados da dita Universidade, com mais facilidade e com menos despesa poderem nella residir e estudar e poderem ser suficientes e idoneos pera ter cura de almas...»³¹.

Em suma, do exposto parece ficar clara a preocupação de, pelo menos nos casos dos clérigos bolsseiros, se garantir o acesso aqueles que oficiavam fora do espaço urbano.

Mas se o apurar da proveniência geográfica dos estudantes do Colégio e Universidade de Évora é importante para a caracterização do corpo discente, mais importante se nos afigura a compreensão do seu perfil sócio-profissional.

Vimos já que deveria ser predominante o número de clérigos. A criação das bolsas das Capelas de Vera Cruz e S. João para clérigos do arcebispado, a presença significativa, entre os estudantes, de padres da Companhia de Jesus³², e a vocação eminentemente pastoral destes organismos pedagógicos são indícios, ao que cremos, suficientes para sugerir essa predominância. Mas, para além dos clérigos, entre eles se deveriam contar candidatos à vida eclesiástica, como acontece com os moços de côro, dos quais, depois de saírem do Côro da Sé, se esperava que servissem a Igreja com novos membros³³. Dessa vocação para a formação de eclesiásticos, é Fr. Luis de Granada quem nos fala:

²⁹ *Estatutos ordenados pelo mui alto & excellente principe e Serenissimo Senhor da capella de Vera Cruz da See desta cidade de Evora...*, B.P.E., Cód. CXIV / 2-31, fol. 113-121.

³⁰ *Estatutos ordenados pelo mui alto, e excelente principe e Serenissimo Senhor Dom Amrique (...) pera os capellaens da Capella de S. Joam da See desta cidade de Évora...*, B.P.E., Cód. CXIV / 2-31, fl. 121-130.

³¹ *Estatutos (...) da capella de Vera cruz...*, «loc. cit.», fl. 114.

³² Também neste domínio, o *Livro dos Juramentos e Pofissões de Fee... é elucidativo*. Num total de 139 alunos do curso de Artes, 27, isto é, 19,5% eram da Companhia de Jesus.

³³ Vide *Regimento dos Moços de Côro*, A.S.E., EE 20.

«Salen muchos para ser religiosos, y así uno de los perceptores me dijo que en este año pasado de 1586 halló por su cuenta que setenta mōzos destes habían entrado en diversos religiones»³⁴.

Já a criação, em 1562, do Colégio de S. Manços, e em 1578 o dos Moços de Côro, revela a presença, neste sistema de ensino, de clérigos e laicos, como já salientamos.

Com efeito, entre os porcionistas (nobres que frequentavam o Colégio de S. Manços mediante o pagamento de uma «porção» anual), e entre os moços de côro, muitos haveria que não seriam vocacionados à vida religiosa, sem, no entanto, deixarem de ter um lugar no quadro institucional concebido por D. Henrique, ainda que com sérias resistências da Companhia de Jesus³⁵.

Do exposto decorre um outro aspecto que não poderemos deixar de salientar. Referimo-nos à natural convivência, nesse sistema de ensino, de estudantes nobres com alunos pobres, entre os quais situaríamos, por exemplo, os criados e filhos de criados do Infante, cujo sustento era total ou parcialmente garantido por ele.

Além das conhecidas bolsas de estudo, de que já falamos, temos a testemunhar esta convivência, o relato de D. João de Castro, neto bastardo do vice-rei com o mesmo nome.

«Sendo o Infante Cardeal Don Anrique, que depois foy Rey, advertido pellos Reverendos Padres da Companhia de Jesu, do que passava acerca de mi : tomoume por contemplaçam delles, por seu Collegial, no numero dos que elle sustentava com opas em o dito Collegio. Da hy por diante fiquei Collegial do Cardeal da primeira mesa, sustentado como cada hum do comum dos seus...»³⁶.

³⁴ GRANADA, Fr. Luís de — *Historia de las Virtudes y Oficio Pastoral del Srmo. Cardenal Don Enrique...* in «Obras Completas», ed. Fr. Justo Cuervo, Madrid, 1906, vol. XIV, p. 373.

³⁵ Isto é particularmente claro no caso do Colégio de S. Manços. Na verdade, já em 1561, o Padre Jerónimo Nadal a ele se refere com muito pouco entusiasmo, aceitando-o com um pesado encargo, (cf. *Determinaciones de los studios de Eborá que el Padre Nadal dió* in «Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Paedagogica», facs. 1, p. 694). E sintomático é, também, o facto de o seu exercício terminar com a vida do Cardeal, em 1580, apesar do significativo afluxo de estudantes. Parece, assim, ter-se tratado de um empreendimento impulsionado apenas pelo prelado eborense, e de muito pouco agrado dos Jesuítas, que dele se libertaram logo após a morte do seu fundador.

³⁶ CASTRO, D. João de — *op. cit.*

Da assistência concreta que D. Henrique proporcionava falaremos, porém, mais adiante, numa tentativa de nos aproximarmos à vivência quotidiana do estudante pobre.

Com efeito, se, depois do exposto, subsistissem dúvidas acerca da coexistência de grupos sociais diferenciados entre a população estudantil eborense no século XVI, os *Estatutos da Universidade* solvê-las-iam facilmente. São, de facto, abundantes as estipulações específicas para o caso de estudantes nobres, quer no que se refere ao guarda-roupa, à organização de suas casas, ao número de criados e familiares, ou aos castigos a que estavam sujeitos, o que revela a existência de grupos distintos, susceptíveis de formas de tratamento igualmente diversas, de acordo com o seu estatuto social ou religioso³⁷.

4. Orientação científica e pedagógica da Universidade

Percebidos alguns dos contextos em que emerge a Universidade eborense, identificados os agentes humanos que a incorporam e dinamizam, atingimos o objectivo último da nossa abordagem: a percepção da orientação científica e pedagógica da academia eborense, a par da compreensão dos desempenhos do estudante na sua vivência quotidiana.

Servimo-nos, para tal, de uma fonte normativa que consideramos central no debate destas questões: os *Estatutos da Universidade de Évora*. A sua utilização como documento base do nosso estudo impõe-nos, porém, algumas prévias considerações.

Com efeito, foram conferidos à Universidade no período em análise, dois estatutos. Os primeiros, da integral autoria de D. Henrique, datados, segundo crê Queirós Veloso, de um período compreendido entre 1559 e 1563, anos que correspondem, respectivamente, à fundação da Universidade e à confirmação dos seus estatutos por alvará régio³⁸. Os segundos, resultantes de uma total adaptação destes às constituições da Companhia de Jesus, situar-se-iam, segundo o mesmo autor, entre 1564 e 1567, sendo esta a data de uma carta régia passada em nome de D. Sebastião e que a eles se refere³⁹. O cotejo de um exemplar destes estatutos, da integral autoria da Companhia de Jesus, existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, permite uma datação mais

³⁷ Vide *Estatutos...*, em particular os Capítulos 3 e 4 do Livro II.

³⁸ *Alvará em que el rey aprova os estatutos feitos e por fazer pello cardeal*, B.P.E., Cód. CV / 2-15.

³⁹ Vide Veloso, J. M. Queirós — *op. cit.*, p. 45, nota 5.

exacta. Na verdade, logo no início pode ler-se: «*Livro Primeiro. Dos officiaes da Universidade. 1567*»⁴⁰. Esta surge, portanto, como a data de início da sua redacção.

Teria sido, ao que parece, porque a cúria generalícia daquela ordem religiosa considerava as estipulações dos primeiros estatutos incompatíveis com as suas constituições, que se procedeu à sua revisão, sem qualquer objecção por parte do Cardeal Infante⁴¹.

As diferenças entre os primeiros e os segundos estatutos são, sem dúvida, assinaláveis, tanto no que toca à gestão global da Universidade, quanto à sua orientação científica. Mas dessas matérias trataremos, porém, em pormenor, futuramente, por julgarmos aqui descabida uma análise pormenorizada desses aspectos.

A nossa atenção centrar-se-á nos segundos estatutos, já que foram esses que regulamentaram, de facto, o funcionamento concreto da Universidade Henriquina. Centremo-nos, por isso, nas deliberações neles contidas no tocante às vertentes de análise referidas.

4.1. *Orientação científica*

No que a este domínio concerne, duas ideias-chave serão de salientar. A primeira tem a ver com a estrutura curricular e o sistema de precedências disciplinares exigidas. A segunda tem a ver com os conteúdos científicos de cada curso superior — Artes e Teologia (Moral e Especulativa).

Debrucemo-nos sobre o primeiro desses tópicos, começando por delinear a estrutura curricular da Universidade de Évora, à luz do estipulado nos seus *Estatutos*. Neles se lê, no capítulo 1 do livro 3:

«*Avera na Universidade 8 classes nas quaes se ensine latim & Rethorica, e avera mais 4 lentes de artes começandose cada anno hum curso, e 4 lições de Theologia, 3 delas de S. Thomas, e a outra da*

⁴⁰ *Estatutos da Universidade de Evora*, A.U.C., IV, 1.ª E., 24, 4, 5, e IV, 1.ª E., 24, 4, 6.

⁴¹ É o que se pode inferir de uma carta de João Hernandez a St.º Inácio de Loyola, datado de Lisboa, a 22 de Setembro de 1561, na qual se diz:

«El cardinal ultra de con alegria y contentamiento lo receber entregó en las manos del (Padre J. Nadal) los estatutos de la Universidade de Evora, y que hiziesse otros, mudando y tirando y acrecentando lo que paresçiesse: que esso queria: que todo lo que el Padre ordenasse asignaria (...).» (Cf. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Epistolae P. Nadal*», Vol. 13, p. 808).

sagrada escritura, e duas lições de casos de consciencia, e huma classe outra na qual se ensine a ler, e escrever per dous mestres...»⁴².

E, mais à frente, no capítulo 12, parágrafo 1 do mesmo livro:

«Os estudantes que ouverem de cursar na Theologia serão licenciados em artes ou ao menos bacharéis tendo porem ouvido todos os tres anos dela salvo se forem religiosos, porque a estes bastara para cursarem na theologia, terem ouvido todo o curso d'artes (ainda que nelles não tenham nenhum grao)»⁴³.

Este enunciado poderá ser facilmente sistematizado no quadro que se segue (QUADRO IV), o qual evidencia, no entanto, apenas a evolução conhecida por este sistema de ensino no decurso do século XVI, e devidamente reconhecida por Maria Amélia Capitão⁴⁴, J. Vaz de Carvalho⁴⁵ e Sebastião Martins Reis⁴⁶.

Deste quadro duas notas resultam, a nosso ver, inequívocas. Em primeiro lugar, o sistema de precedências disciplinares nele patenteado sugere, explicitamente, uma pirâmide do saber, em que as Humanidades são a base, e a Teologia o cume. Em segundo lugar, a existência de três lições de S. Tomás no curso de Teologia Especulativa sugere-nos uma orientação neo-escolástica, confirmada, de resto, pela análise dos autores e textos indicados como base de estudo, como de seguida veremos.

Com efeito, uma leitura exaustiva dos *Estatutos*, no que se refere aos cursos de Artes, Casos de Consciência e Teologia, permite-nos levantar os dados que de seguida extractamos.

No que se refere ao curso de Artes, estipula-se:

«Cada curso d'artes durara tres annos e meio, começandose o primeiro dia do mes de Outubro que for de liçõ e nos tres annos se lera pella menhã e tarde. E nos seis meses do 4.º anno se lera somente duas

⁴² *Estatutos da Universidade de Evora*. B.P.E., Cód. CXIV / 2-31, Livro III, Cap.º 1, Parag. 1.

⁴³ *Idem*, Livro III, Cap.º 12, Parag. 1.

⁴⁴ CAPITÃO, M. Amélia — *Do ensino das Artes na Universidade de Evora*. «A Cidade de Évora», Évora, Vol. XVI, n.º 41-42, 1959, pp. 213-241 e *Do Ensino da Teologia na Universidade de Évora*. «A Cidade de Évora», Évora, Vol. XIX-XX, n.º 45-45, Jan.-Dez. 1962-63, pp. 33-112.

⁴⁵ CARVALHO, J. VAZ — *A Universidade de Évora e a sua Orientação Pedagógica*, Coimbra, 1967.

⁴⁶ REIS, Sebastião Martins — *A Universidade de Évora e o Ensino das Ciências Bíblicas*, Coimbra, 1967.

QUADRO IV

ESTRUTURA CURRICULAR DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA
NA 2.^A METADE DO SÉC. XVI

GRAUS	CURSOS	DURAÇÃO	CLASSES	N.º
Primário			Ler/escrever/contar	2
Secundário			Gramática	4
			Humanidades	2
			Retórica	2
Superior	Artes*	3 anos 1/2	Filosofia	1
			Matemática	1
	Teologia Moral	3 anos	Casos de consciência	1
	Teologia Especulativa	4 anos	Teologia escolástica	3
			Escritura	1

* Este curso tem um carácter vestibular em relação ao ingresso no curso de Teologia.

horas a tarde: o primeiro ano se lera de Dialectica o 2.º de Logica lendo-se nelle tudo o que puder ler pera proveito dos estudantes, e de phisicos, e Ethicas. No 3.º se prosseguira a philisophia, trabalhando mais que se puder ler de Metaphisica, e do livro que se chama Parva naturalia. E nos seis meses do 4.º ano se acabara a philosophia lendo os livros de anima...»⁴⁷.

Já no tocante à Teologia Moral, ou Casos de Consciência diz-se:

«1. Avera duas lições de casos de consciencia da suma de Caetano em latim, das quais huma se lera pella menhão na hora que se segue depois da lição de prima de theologia, e a outra acabada a lição de vespera.

⁴⁷ Estatutos..., Livro I, Cap.º 3, Parag. 1.

2. *Destas lições procurarão os mestres ler as materias mais necessarias e proveitosas pera os confessores e pera isso o Reitor tomando o parecer dos mestres e enformação dos discípulos ordenara as lições de maneira que cada dous (corrigido: tres) annos se lerão todas as materias dos casos de consciencia...»⁴⁸.*

A obra a que este texto se refere é a *Summa Caietana*, de Tomas Vio, traduzida para castelhano por Paulo de Palacios, a ensejo de Fr. Luis de Granada, mas a expensas do Cardeal, no ano de 1557, integrando-se, de resto, numa das estratégias de D. Henrique: a utilização do livro religioso como auxiliar pastoral.

Finalmente, no que se refere à Teologia Especulativa o texto, não sendo tão explícito, é igualmente claro nas considerações que encontramos, de forma disseminada, nos capítulos 1,15,16 e 17 do livro 3. Tomemos algumas delas:

«Os ditos bachareis corentes depois da tentativa terão outro auto de tres conclusões tiradas do primeiro livro das sentenças, no qual argumentarão os bachareis...»⁴⁹;

«Farão os ditos bachareis outro auto de tres conclusões das materias do 2.º livro do Mestre das sentenças...»⁵⁰;

«Farão os ditos bachareis correntes outro a que se chama o 3.º principio e sera de tres conclusões das materias do 3.º livro do Mestre das sentenças, no qual argumentarão.»⁵¹;

«No principio do sexto anno (...) farão os ditos bachareis formados outro auto de tres conclusões de materias graves da sagrada escritura applicadas ao que se trata no 4.º livro das sentenças, o qual se chamara principio da Biblia...»⁵².

Em suma, Pedro Lombardo numa leitura tomista (lembramos que três das quatro classes de Teologia eram-no de S. Tomás), é o que notoriamente predomina enquanto matéria de avaliação e, portanto, também como matéria lectiva.

O quadro que se segue (QUADRO V) sistematiza, ao que cremos, de forma mais clara, os dados bibliográficos que conseguimos apurar, nos *Estatutos*, como dominantes nos cursos superiores da Universidade do Espírito Santo.

⁴⁸ *Idem*, Livro IV, Cap.º 8, Parag. 1 e 2.

⁴⁹ *Idem*, Livro III, Cap.º 15, Parag. 1.

⁵⁰ *Idem*, Livro III, Cap.º 16, Parag. 1.

⁵¹ *Idem*, Livro III, Cap.º 17, Parag. 1.

⁵² *Idem*, Livro III, Cap.º 18, Parag. 1.

QUADRO V

COMPONENTES CIENTÍFICOS

ARTES			CASOS DE CONSCIÊNCIA			TEOLOGIA		
AUTORES	OBRAS	ANO	AUTORES	OBRAS	ANO	AUTORES	OBRAS	ANO
Aristóteles	Dialéctica	1.º	Tomas Vio*	Suma Caietana	1.º/2.º	S. Tomás		Todos
	Lógica	2.º				Pedro** Lombardo	Livros das Setenças	
	Phisicos	2.º						
	Ethica	2.º						
	Metaphisica	3.º						
	Parua Naturalia	3.º						
	De Anima	4.º						
(Cf. liv. III, cap. 3, parag. 1)			(Cf. Liv. IV, cap. 8, parag. 1-2)			(Cf. Liv. III, cap.ºs 1, 15, 16, 17, parag. 1-2; 18, 19, 20, 21)		

* Vio, Tomas — Suma Caietana, trad. Paulo de Palacios, Lisboa, João Blavio, 1557.

** Pedro Lombardo, aqui citado, é-o porque dos seus livros eram extraídas conclusões sobre que recaíam provas de avaliação, sendo, no entanto, as explanações dos cursos feitas com base em S. Tomás de Aquino (Cf. Amélia R. da Motta Capitão — *Do ensino das Artes na Universidade de Évora e José Vaz de Carvalho, S. I. — A Universidade de Évora e a sua orientação pedagógica*).

A presença massiva de Aristóteles e da orientação tomista resultam, da sua análise, inquestionáveis, colocando-nos perante a já referida afirmação da neo-escolástica no *curriculum* académico eborense, no que não difere, de resto, das opções científicas assumidas pela Companhia de Jesus nos vários colégios que, no país, dirigiu. Veja-se, para tanto, a evolução conhecida do Colégio de S. Paulo, em Braga, o de Santo Antão, em Lisboa, e do próprio Colégio das Artes, em Coimbra, quando entregue à orientação dos discípulos inacianos.

O cruzamento desta constatação com a já apurada pirâmide curricular poderá, ainda, elucidar-nos acerca de uma outra questão: a do peso relativo dos componentes dos programas do Humanismo e da Escolástica na academia em estudo.

O confronto possível destas ilações com contributos analíticos da historiografia portuguesa⁵³ permitirá salientar o facto de a pedagogia jesuítica utilizar o programa literário do Humanismo, esvaziando-o, no entanto, dos seus significados ideológicos, e reforçando a subalternidade das Humanidades em relação às matérias por excelência dos cursos superiores — Filosofia e, em particular, Teologia.

Mas a análise que sumariamente possamos desenvolver das orientações científicas seguidas na academia eborense, à luz dos seus estatutos, ficaria incompleta sem o recensear de uma outra exigência paralela: a da uniformidade pretendida na orientação intelectual das classes. Esta directriz encontra-se patenteada, por exemplo, no controle, exercido pelo reitor, sobre as decisões a tomar pelos mestres, ou nas exigências atinentes, não só aos autores, mas também aos comentaristas seleccionados como matéria lectiva. As estipulações relativas ao curso de Artes são taxativas:

«Os lentes das artes, além do exercicio que ay nas disputas em que ajuntão todos os cursos, exercitarão a seus discipulos em suas classes e na declaração do texto de Aristoteles se seguirão os autores e comentários que melhor parecer ao reitor da Universidade, ouvindo o parecer dos da faculdade das artes.»⁵⁴.

Como complemento da orientação lectiva poderiam os estudantes recorrer, ainda, ao espólio bibliográfico da biblioteca da Universidade,

⁵³ Vide, entre outros, Dias, J. S. Silva — *A Política Cultural da Época de D. João III*, Coimbra, Faculdade de Letras. Instituto de Estudos Filosóficos, 1969; BAPTISTA, Júlio César — *No IV Centenário da Universidade de Évora*. «A Cidade de Évora», Évora, Vol. XVI, n.º 41-42, 1959, pp. 29-36.

⁵⁴ *Estatutos...*, Livro III, Cap.º 3, Parag. 3.

cuja composição lamentavelmente desconhecemos. Que das suas estantes fariam parte obras pertencentes à biblioteca pessoal do Cardeal Infante D. Henrique, entretanto doadas ao Colégio do Espírito Santo é quase certo⁵⁵. O seu estudo sistemático está, no entanto, por fazer, continuando por inventariar as obras que agora se encontram, ao que cremos, no seminário diocesano.

O que da Livraria podemos dizer através do documento que analisamos refere-se ao seu funcionamento e prende-se com a sua organização material, o seu horário e o controle e vigilância exercida sobre o estado dos livros de cada Faculdade.

Em relação ao primeiro aspecto prescreve-se:

*«Avera nas escolas huma casa pera livraria da Universidade, na qual estarão os livros de todas as faculdades em abastança, postos em estantes e prezos por cadeas, e emquadrados em tavolas com suas brochas, com seus titulos de boa letra.»*⁵⁶.

Quanto ao horário de funcionamento, prevê-se a sua abertura diária, a cargo do bedel, em dois períodos: no Inverno das 7 horas da manhã às 11, e das 2 às 5 da tarde; e no Verão das 6 às 10 horas, e das 3 às 6 da tarde, no que acompanha, de resto, alterações horárias idênticas no período lectivo, como veremos.

As orientações até agora recenseadas constituem, como, de resto, temos vindo a sublinhar, estipulações normativas de enquadramento genérico. Na verdade, o estudo dos desempenhos lectivos concretos teria que passar pela análise detalhada da actividade de cada docente, a partir da leitura que eles próprios fizeram do estatuído. Sendo incompatível com a brevidade desta explanação o recenseamento detalhado dos mestres que na Universidade leccionaram, nos primórdios da sua fundação, assim como dos respectivos programas lectivos, salientamos, no entanto, os contributos historiográficos que neste domínio conhecemos, de nomes como os de Maria Amélia Capitão⁵⁷, Joaquim Vaz de

⁵⁵ Disso nos fala já na carta do Padre Marcos Jorge, dirigida a S.^{to} Inácio de Loyola, datada de Évora, a 7 de Fevereiro de 1554. Nela se diz explicitamente:

«Ultra de los libros que tien (o Cardeal Infante) dado otras vezes, de que ja escrevi à V. P., da al presente aun más, y de sua libreria tien dicho que hade dar otrosí al colegio aun, los que fueren necesarios» (Cf. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Epistolae Mixtae*, Vol. 18, p. 60).

⁵⁶ *Estatutos...*, Livro I, Cap.^o 10, Parag. 1.

⁵⁷ CAPITÃO, M. Amélia — *op. cit.*

Carvalho⁵⁸, Fernando Castelo-Branco⁵⁹, José Filipe Mendeiros⁶⁰, e no domínio bio-bibliográfico, os de João Pereira Gomes⁶¹ ou Friederich Stegmüller⁶².

4.2. *Orientação pedagógica*

Também em relação à orientação pedagógica seguida pela Companhia de Jesus são as deliberações estatutárias explícitas. Delas se depreende o relativo pouco peso da carga lectiva propriamente dita, distribuída em aulas que se ministravam das 8h. às 10.30h., e das 14h. às 16.30h., de Outubro à Páscoa, e das 7h. às 9.30h. e das 15 às 17.30h. da Páscoa até ao final do ano, e isto num calendário que situa o início das aulas em 2 de Outubro e prevê um período de férias oscilante, conforme os graus de ensino.

Assim, as classes de ler, escrever e contar teriam, como férias de Verão, apenas duas semanas no mês de Setembro, enquanto as de Humanidades usufruíam de todo o mês de Setembro, e as dos cursos superiores — Artes e Teologia contavam com dois meses de interregno: os de Agosto e Setembro.

Já quanto às férias da Páscoa e Natal, estas correspondiam a períodos curtos que variavam, no entanto, também, conforme os cursos, sendo mais prolongadas nos cursos superiores, e menos longas nos restantes.

Os momentos de pausa no ano lectivo ficariam completos com os feriados semanais, aos domingos e quartas-feiras, e com os numerosos dias santos, correspondentes às principais festas do ano.

Mas é, ainda, dos *Estatutos* que se destacam as principais estratégias da pedagogia jesuítica, a saber: o recurso às emolações (as conclusões e repetições — diárias e semanais: as sabatinas); as disputas privadas e públicas nos cursos superiores; as composições diárias nos cursos inferiores; as sessões literárias abertas ao público. Balizemos, de novo, a nossa exposição no texto:

⁵⁸ CARVALHO, J. Vaz de — *op. cit.*

⁵⁹ CASTELO-BRANCO, Fernando — *op. cit.*

⁶⁰ MENDEIROS, José Filipe — *O Humanismo da Universidade de Évora. «A Cidade de Évora»*, Évora, vol. XXVII-XXVIII, n.º 43-44, Jan.-Dez. 1960-61, pp. 35-37.

⁶¹ GOMES, João Pereira — *Os Professores de Filosofia na Universidade de Évora (1559-1759)*, Évora, 1960.

⁶² STEGMÜLLER, F. — *Filosofia e Teologia na Universidade de Coimbra e Évora no Século XVI*, Coimbra, 1959.

«Cada semana avera tres veses disputas, a terça feira e quinta e ao sabado pela tarde, desta maneira que as da terça feira serão particulares em cada curso gastando primeiro o mestre somente uma hora em ler ditar e repetir as lições passadas, e a hora e meia que fica se gastara nas ditas disputas, as de 5.^a feira e sabado a tarde ande ser publicas, ajuntandosse os cursos...»⁶³.

Trata-se, pois, de estratégias em que a exposição e o debate público são a base da avaliação dos progressos da aprendizagem dos alunos, as quais valorizam o raciocínio, os conhecimentos adquiridos, mas também a postura, o discurso, a perspicácia da argumentação, isto é, as bases de construção de um perfil que nos faz pever o de futuros pregadores e mobilizadores de multidões.

E quanto à avaliação de conhecimentos, vertente igualmente importante na percepção das orientações pedagógicas desta instituição de ensino, os dados colhidos no *Mapa dos Estudantes da Universidade de Évora*⁶⁴, referente às 8 classes de Humanidades e aos anos lectivos de 1603/04 permitem-nos apurar que, pelo menos para estes, os critérios de avaliação eram construídos na base da tríade — Frequência / /Engenho / Ciência.

Os resultados obtidos podem ser sistematizados nos gráficos que se apresentam. Da sua leitura é facilmente assinalável, por um lado, uma assídua frequência escolar (Vide GRÁFICO I) e, por outro lado, uma polarização de resultados, em que os dados se extremam entre o nulo e o medíocre, e o bom e o ótimo, sendo irrelevante o número daqueles que hoje consideraríamos um aluno médio, avaliado com nota de suficiente, ou equivalente (Vd. GRÁFICOS II e III).

Mas não só as actividades curriculares são reveladoras das prioridades didácticas da Companhia de Jesus. Uma série de manifestações paralelas evidenciam-nas, de igual modo. Referimo-nos às representações teatrais, à solene distribuição de prémios e às complexas cerimónias — de agregação e doutoramento — que deverão ser, a nosso ver, pelo ritualismo, formalismo e cerimonial que envolvem, perspectivadas como o corolário deste edifício pedagógico.

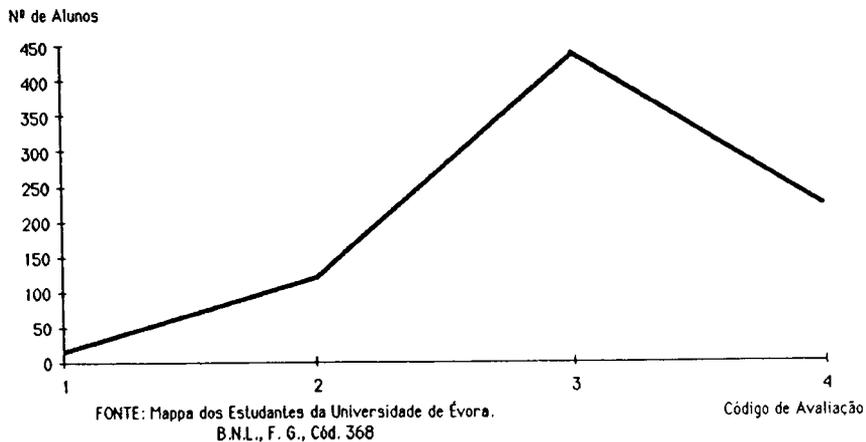
Do sucesso público destas actividades, em particular das representações teatrais falamos, de resto, outros documentos. Tomemos, a título meramente ilustrativo, um dos famosos sermões do Padre Francisco de Mendonça:

⁶³ *Estatutos...*, Livro III, Cap.^o 4, Parag. 1.

⁶⁴ B.N.L., F.G., Cód. 368.

GRÁFICO I

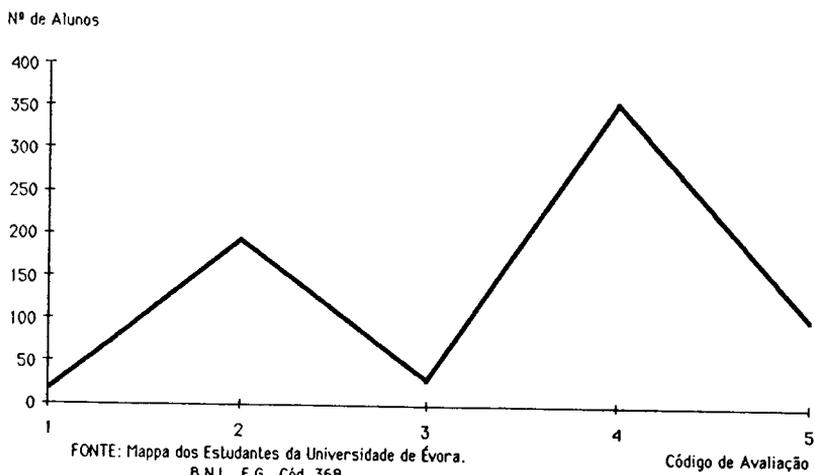
FREQUÊNCIA ESCOLAR



Código de Avaliação	
1	Infrequentíssimo
2	Infrequente
3	Frequente
4	Frequentíssimo

GRÁFICO II

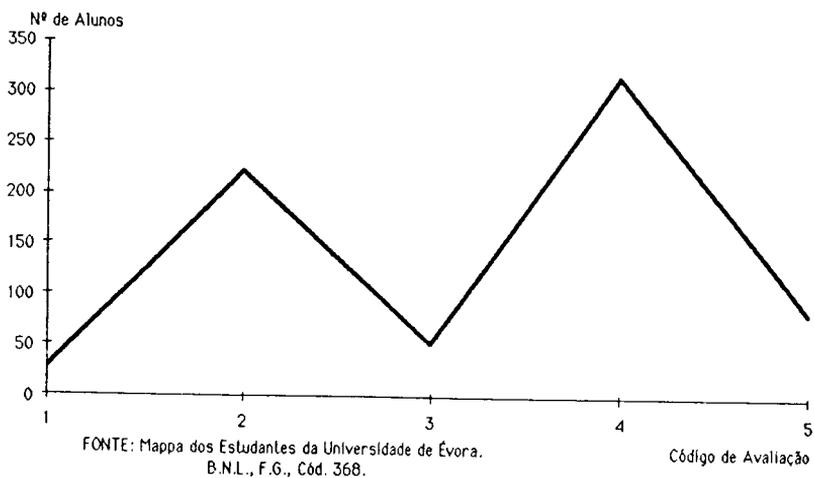
ENGENHO



Código de Avaliação	
1	Nulo
2	Medíocre
3	Suficiente
4	Bom
5	Ótimo

GRÁFICO III

CIÊNCIA



Código de Avaliação	
1	Nula
2	Medíocre
3	Suficiente
4	Boa
5	Ótima

«(...) *Faz-se uma tragédia naquele pátio da Universidade. Valha-me Deus! Não há porteiro nem porta que tenha mão no tropel de gente. Não há janela nem varanda que baste para recolher os ouvintes. Não há palanque nem teatro que possa sustentar o peso de quantos carregam. Uns arrombam as portas, outros saltam os muros; outros sobem por cima dos telhados, uns por aqui, outros por ali. Finalmente, quando vos não precatais, tudo está entrado e ocupado»⁶⁵.*

Na verdade, são sobejamente conhecidas algumas das características dessas manifestações que mobilizavam assistências numerosas, providas da cidade e arredores⁶⁶. O esplendor do cenário, o domínio do latim ou o carácter trágico dos conteúdos são facetas que parecem ressaltar de algumas das representações teatrais movidas no século XVI, em Évora, pela Companhia de Jesus, entre as quais podemos citar: a *Tragédia de El-Rei Saúl*, representada em 1559, aquando da abertura da Universidade, e reposta em 1560; *Lázaro e o Rico Avarento*, levada à cena em 1569, ou *Nabucodonosor*, que moveu e comoveu multidões em 1576.

Não esgotamos, porém, ainda, as nossas considerações sobre os critérios fundamentais da pedagogia jesuítica. A análise das estipulações relativas ao perfil dos estudantes na sua existência quotidiana, quer no espaço académico, quer urbano, elucida-nos acerca dessa outra exigência fundamental: a disciplina.

As penas previstas para as infracções a essa regra revelam a importância que a ela se atribuíra. Com efeito, aquelas poderiam ir do castigo escolástico (inclusive corporal), à prisão e à expulsão — da Universidade, e da própria cidade.

Mas estas considerações tornar-se-ão mais claras à luz da análise do perfil pessoal e da vida quotidiana dos estudantes, perspectivada, de novo, à luz dos *Estatutos* da Universidade.

5. Perfil pessoal e vida quotidiana dos estudantes

No que se refere a esta matéria, o Livro II dos *Estatutos* poderá constituir a base de recolha e organização dos dados em ordem a captar o perfil desejável dos estudantes.

⁶⁵ MENDONÇA, P. Francisco de — *op. cit.*

⁶⁶ Vide PASSOS, Alexandre — *Algumas Representações Teatrais em Évora. «A Cidade de Évora»*, Évora, vol. XXXV-XXXVI, n.º 61-62, 1978-79, pp. 93-113.

Várias vertentes, que de seguida procuraremos caracterizar mais detalhadamente são facilmente destacadas. Antes de mais, a preocupação que se investe no controle da sua vivência quotidiana. Assim acontece nos Livros I e II. Diz-se no primeiro:

«Procurara o reitor com muita diligência que o conservador cumpra a obrigação que tem per rezam do seu officio como nelle se dira de tirar devassa, pello menos huma ves ao anno, dos estudantes e officiais da Universidade, como cousa que tanto importa ao bem da dita Universidade. E o mesmo procurara que faça o ordinario con os estudantes e pessoas que forem do seu foro»⁶⁷.

E, no capítulo 14, que trata do meirinho da universidade exige-se que este percorra as ruas da cidade, de noite, levando consigo o escrivão, de modo a controlar as prováveis infracções cometidas por pessoas sob jurisdição da Universidade. Elas incidiam sobre comportamentos, porte de armas e trajas pouco apropriados à condição dos estudantes.

Acerca disso se delibera, no entanto, com maior minúcia, noutros capítulos dos *Estatutos*. Com efeito, o livro II (capítulos 3 e 4) trata, respectivamente, da honestidade dos estudantes, da defesa do uso de armas e máscaras, e da frequência de jogos. Estes títulos identificam já o mote dos respectivos conteúdos. Assim, o texto é explícito acerca das prevaricações atinentes à vida pública e privada dos estudantes, que se quer modelar:

«Os estudantes não terão em sua casa molher sospeita sob pena de mil reis a metade para o meirinho que os prender. E a metade para quem os acusar (...) E a tal molher fosse presa, e pagara da cadea outros mil reis repartidos pella dita maneira. E o mesmo se guardara contra os estudantes que se provar terem mancebas, e com molheres que forem suas mancebas, posto que as tenham fora de suas casas (...)»⁶⁸.

As penas e a vigilância não recaíam, porém, apenas sobre os estudantes. Elas eram extensivas a outros segmentos da população urbana:

«Avendo alguma molher que não viva bem, por cuja causa aja inquietação em algum ou alguns estudantes, o conservador sabendo, ou sendo disso avisado por parte do Reitor procedera contra ella como lhe

⁶⁷ *Estatutos...*, Livro I, Cap.º 3, Parag. 3.

⁶⁸ *Idem*, Livro II, Cap.º 3, Parag. 3.

parecer nisto, ate a lançar fora da cidade, e seu termo, constringendo a isto com as penas que lhe parecer (...)»⁶⁹.

O controle da vida dos estudantes incide, ainda, nos mínimos pormenores, incluindo o número de criados, a organização de suas casas, os espaços de convívio, os sinais exteriores de pompa e riqueza, ou as actividades de lazer. O capítulo 3 do já citado II Livro dos Estatutos ilustra sobejamente o que dizemos.

A própria recepção de hóspedes é severamente controlada por um articulado que prevê:

«Não poderão os ditos estudantes dar banquetes ou convites a pessoa algumas, e não agasalharão per muitos nem per poucos dias hospedes alguns, se não forem parentes chegados (...)»⁷⁰.

A defesa de porte de armas, a proibição da frequência de jogos e do uso de máscaras, são, de igual modo, explícita e vigorosamente reprimidos⁷¹, como já salientamos. Mas é no tocante ao aspecto exterior dos estudantes, envolvendo o seu calçado e vestuário, que o texto é mais minucioso:

*«Todos os estudantes andarão honestamente vestidos, e não trarão em nenhum vestido de roupeta, manteo ou calças as cores aqui declaradas. scilicet. amarelo, laranja, vermelho, verde, encarnado, porem debaixo das roupetas podera trazer gibões ou jaquetas de pano de cor pera sua saude, com tanto que os colares não sejam mais altos que os das roupetas, nem as mangas mais compridas (...) e poderão outrossim debaixo das botas ou borseguins trazer calças de cores escuras, e honestas, bem cubertas, e em casa e pella rua onde pousarem poderão trazer roupões de cores, com tanto que não sejam amarelos, vermelhos, laranjados e encarnados.»*⁷²

Na verdade, se as primeiras estipulações, relativas à organização de suas casas e actividades de lazer nos fazem recordar, a todo o momento, outras idênticas contidas nas constituições diocesanas a respeito do clero, nestas últimas a convergência vai aos mínimos pormenores. Tanto na proibição do fausto dos tecidos, quanto nas cores não

⁶⁹ *Idem*, Livro II, Cap.º 3, Parag. 4.

⁷⁰ *Idem*, Livro III, Cap.º 3, Parag. 21.

⁷¹ Vide *Idem*, Livro II, Cap.º 4, Parag. 3, 5 e 6.

⁷² *Idem*, Livro II, Cap.º 3, Parag. 8.

consentidas, em tudo encontramos considerações similares às presentes nas constituições da diocese, seja nas de D. Afonso (1534)⁷³, seja nas de D. João de Melo (1565)⁷⁴.

Mas não só no aspecto exterior se deveriam conformar os estudantes com as práticas já seguidas pelo bom cristão. As obrigações de assistência à missa diária, confissão mensal e comunhão quatro vezes no ano, assim como o conhecimento perfeito da doutrina cristã, completam um quadro em que o intuito central era, sem dúvida, a formação de um candidato ao estado eclesiástico.

A respeitarem-se todas as exigências até agora formuladas não será de todo descabido considerar que, tanto no comportamento e hábitos de vida, quanto no vestuário e postura exterior procuram os responsáveis pela Universidade conformar os estudantes com o perfil do clérigo ideal. Não corresponderá este facto a uma assimilação de condições entre uns e outros, e a uma intenção de preparar modelarmente, desde os momentos da sua formação, os futuros agentes pastorais da diocese?

O que até agora procuramos traçar foi um quadro sucinto das estipulações normativas respeitantes à vivência concreta dos estudantes dentro e fora do espaço académico. Mas de que modo viviam eles, de facto? Respeitavam, na sua vivência diária, o rigor da disciplina e o perfil de comportamento que para eles traçaram?

A apreensão destoutra realidade é historiograficamente mais difícil de atingir. A intenção de penetrar no quotidiano vivencial deste, ou de qualquer outro universo de estudo, sendo tentadora, encontra, todavia, bloqueios vários, os quais se consubstanciam, em primeiro lugar, na natureza da documentação de que dispomos.

No caso concreto desta análise, cremos poder recorrer a dois textos que nos permitirão uma aproximação ao tema segundo uma perspectiva diferente daquela que até agora desenvolvemos. Refiro-me aos já citados *Sermões* do Padre Francisco de Mendonça e a extractos das *Obras* de D. João de Castro.

Com efeito, os sermões do padre jesuíta, embora algo posteriores à época em análise, apontam-nos uma outra visão da realidade, na qual se acentua: o endividamento dos estudantes, a incapacidade de resistirem a apelativos temporais ou, ainda, o completo desfazamento entre o seu comportamento concreto e as estipulações normativas que o deveriam condicionar. Concedamos a palavra ao Padre Francisco de Mendonça,

⁷³ *Constituições do Bispado Devora*, Lisboa, Germão Galharde, 1534.

⁷⁴ *Constituições do arcebispado Deuvora novamente feitas por mandado do illustrissimo e reverendissimo señor dom Ioam de Mello...*, Évora, André de Burgos, 1565.

numa citação cuja extensão nos parece justificável pela clareza do quadro que proporciona:

«Dizei, estudantes:

— *Porque gastáveis mal a fazenda de vossos pais? Porque não gastáveis os dias nas classes? Porque gastáveis as noites na rua? Porque não tomáveis os livros nas mãos para estudar? Porque andáveis com tantos punhais nas cintas para vos atravessar? Porque não trazíeis as contas nas mãos? Porque não trazíeis o cilício cingido? Porque não tomáveis de quando em quando a disciplina? Porque vos não confessáveis todos os meses, como éreis obrigados por vossos estatutos? Porque entráveis em casas suspeitosas? Porque não deixáveis conversações de gente perdida? Porque não tratáveis da vossa salvação? Dai conta»⁷⁵.*

Por sua vez, a análise do relato de D. João de Castro permite-nos uma diversa aproximação. Desta feita, à vida do estudante pobre, esclarecendo-nos, quer das dificuldades com que se debatia, quer dos recursos a que lançava mão para sobreviver. As palavras do texto são, a nosso ver, suficientemente claras:

«*Em quanto me durou a provisam com que me meteram no Collegio, o fidalgo, & fidalga nomeados acima, não cheguei aas necessidades que depois. Mas gastada pello tempo: vim a não ter hum lenço em que me açoasse, nem lançois em que dormisse. Ca em alguns quatro meses que estive em cama, no começo do segundo curso das Artes: hum famulo do Collegio me emprestava os seus, por estarem os meus todos rotos, & espedaçados: sem ter outra cousa de linho que as tres camisas do Cardeal.»⁷⁶*

Quanto às estratégias de sobrevivência a que recorria, elas são sucessivamente mencionadas no texto: tornar-se serviçal de algum outro estudante de posses, recorrer à mendicidade e enfrentar o trabalho ocasional, nomeadamente nas quintas da Companhia de Jesus, são algumas das vias apontadas, a par de outras soluções menos dramáticas, como o recurso às bolsas distribuídas pelo Cardeal Infante, ou o acesso a alguns benefício simples que este pudesse, de igual modo, facultar. Todavia, nenhuma destas soluções pareciam proporcionar aos estudantes sem outros recursos, uma vida confortável. É o que se pode inferir do texto:

⁷⁵ MENDONÇA, P. Francisco de — *op. cit.*

⁷⁶ CASTRO, D. João de — *op. cit.*

«Sendo o Infante Cardeal dom Anrique, que depois foy Rey, advertido pellos Reverendos Padres da Companhia de Jesu, do que passava acerca de mi: tomoume por contempalçam delles, por seu Collegial, no numero dos que elle sustentava com opas em o dito Collegio. Da hy por diante fiquei Collegial do Cardeal da primeira mesa, sustentado como cada hum do commum dos seus: cujo ordenado era muy jizado & dependia de outras achegas, & extraordinarios, sem se estar huma pessoa revolvendo sempre com comichões de neçessidades. Porque o Cardeal não dava mais cada anno, que huma opa de Niorte, & huns calções, & jaqueta do mesmo pano, sem nenhum feytio, como eu trouxe muito tempo. Alguns afeicoavam isto segundo podiam. Dava mais de seis em seis meses hum barrete (...) & humas meas de estame-nha, ou dous tostões pera ellas: tres camisas cada anno; & quatro vintens cada mes pera çapatos. Quando se abriam as escollas, dava dous tostoos pera papel, tinta & pennas, e alguns livrinhos de humanidade, de pouco preço, & poucos. Dava tam bem botica aos doentes; mas não pagava a despesa das doenças, que excedia a contia da porçam de cada dia de cada hum. Por aquy podem todos julgar o que padeçiam quem não tivesse mais abrigo que este, como fuy eu alguns annos.»⁷⁷.

As consequências desta situação, cujos contornos deveriam ser extensivos a um número significativo de estudantes, são, igualmente, mencionadas pelo autor. Delas se destacam, em particular, a doença, a miséria ou a auto-exclusão das actividades de lazer.

«Roupão não tinha outro que o que fazia da minha opa velha: nem mais vestido que a opa. E por isso, e por não ter que gastar, nem me desenfadava como os demais Collegiaes, dos quaes o seu ordinario exerciço era a pella, jugando as chachas, & a barreira; jogos que nunca joguei, nem aprendi, por não ter com que apereçer em corpo (...). E o que mais he, milhares de veses deixava de me desenfadar a françar, por se me não romperem as sollas. (...)»⁷⁸.

Creemos ter compulsado, através das numerosas citações que recenseamos, algumas notas pertinentes, em ordem ao traçado de um quadro vivo da existência quotidiana dos estudantes da Universidade de Évora. Uma questão permanece, todavia, por responder, afirmando a sua inquestionável pertinência: a do significado sócio-cultural que poderemos atribuir à Universidade de Évora no seu exerciço académico

⁷⁷ Idem — *ibidem*.

⁷⁸ Idem — *ibidem*.

e na implantação social que lhe é reconhecida para os séculos XVI e XVII.

De novo, o que ensaiaremos é uma perspectiva de síntese, necessariamente lacunar, que terá em consideração os elementos compulsados sem, no entanto, se deter nos programas lectivos da academia, ou nas figuras gradas que dos seus formandos se destacaram.

6. Significado sócio-cultural da Universidade de Évora

Centremo-nos, antes de mais, no significado cultural assumido pela Universidade de Évora, inserido no quadro dinâmico do sistema de ensino instituído nessa cidade pelo Cardeal Infante D. Henrique.

Destaquemos, em primeiro lugar, o exemplo acabado que o Estudo Eborense consubstancia, de uma verdadeira universidade eclesiástica: fundada por um eclesiástico, dirigida por eclesiásticos, e prioritariamente orientada para a formação de clérigos.

Salientemos, em segundo lugar, a importância do mesmo na formação da população estudantil a Sul do Tejo, cujo afluxo parece ser, mediante os números apresentados, indiscutível.

Sublinhemos, em terceiro lugar, o facto de constituir um protótipo da pedagogia jesuítica, concretizando, no quotidiano académico, as opções e objectivos da *Ratio Studiorum*, e as prioridades pedagógicas estabelecidas nas próprias constituições inicianas.

Anotemos, por fim, o exemplo que consubstancia da orientação neo-escolástica, e da subalterneidade do programa humanista nas instituições universitárias portuguesas, na segunda metade do século XVI.

Mas, para além do seu significado pedagógico e científico, a Universidade projecta no espaço urbano implicações de profundo impacto sócio-cultural. Com efeito, o significativo afluxo de estudantes à cidade, e o delinear de toda uma estrutura de abastecimentos própria, não poderiam deixar de ter reflexos na vida social e económica da cidade, traduzindo-se em implicações no seu tecido habitacional, nível de preços e índices de carestia, mas também a nível do desenvolvimento de estruturas profissionais, suscitado pelas necessidades da vida estudantil.

A vigilância prevista aos procedimentos públicos e privados dos estudantes, ou a perseguição às «mulheres suspeitas» em ordem a garantir a idoneidade moral dos mesmos; a clivagem masculino/feminino, patente nos *Estatutos*, pela prevenção que implicam contra o elemento feminino, prevista no próprio espaço da Universidade (recordemos que na sua primitiva igreja não era permitida a entrada de mulheres, bem

como a sua assistência a representações teatrais) exercia idêntico impacto na vida social urbana. Juntemos-lhe os fenómenos de mendicidade, endividamento e outras estratégias a que recorriam os estudantes e teremos alguns traços de um quadro complexo.

Se recordarmos, ainda, a envergadura das construções, patenteadas pelos edifícios do Colégio e Universidade, e suas Igrejas, do Hospital Universitário ou do Colégio de N.^a Sr.^a da Purificação, actual seminário diocesano, facilmente se avaliarão os contributos arquitectónicos que representaram tais iniciativas.

E, se tivermos em conta, as majestosas festas de inauguração do Colégio e da Universidade, e o recurso frequente a representações teatrais de forte teor dramático que, segundo os cronistas da Companhia de Jesus, mobilizavam milhares de assistentes, como acontecera em 1553, data da inauguração do Colégio do Espírito Santo, ou em 1559, aquando da inauguração da Universidade; se considerarmos, ainda, as disputas públicas, periodicamente realizadas, como integrantes do próprio sistema de ensino, facilmente nos aperceberemos dos contributos culturais que as fundações pedagógicas do Cardeal Infante, e a Universidade em particular, imprimiram à cidade de Évora.

BIBLIOGRAFIA

- ALEGRIA, J. Augusto — *O primeiro colégio de Évora*, Coimbra, 1967.
- ALVES, Paulo Durão — *Significado histórico-cultural da Universidade de Évora*. «A Cidade de Évora», Évora, vol. XVI, n.º 41-42, 1959, pp. 15-27.
- BAPTISTA, Júlio César — *A formação do clero na diocese de Évora*. «A Cidade de Évora», Évora, vol. XXXV-XXXVI, n.º 61-62, 1978, pp. 5-90.
- *No IV centenário da Universidade de Évora*. «A Cidade de Évora», Évora, vol. XVI, n.º 41-42, 1959, pp. 29-36.
- CAPITÃO, M. Amélia R. da Motta — *Do ensino das Artes na Universidade de Évora*. «A Cidade de Évora», Évora, vol. XVI, n.º 41-42, 1959, pp. 213-241.
- *Do ensino da Teologia na Universidade de Évora*. «A Cidade de Évora», vol. XIX-XX, n.º 45-46, Jan.-Dez. 1962-63, pp. 33-112.
- CARVALHO, J. Vaz de — *A Universidade de Évora e a sua orientação pedagógica*, Coimbra, 1967.
- CASTELO-BRANCO, Fernando — *Algumas notas sobre a Universidade de Évora e a sua actividade pedagógica*. Sep. «Revista Portuguesa de Filosofia», Braga, t. XI-XII, fasc. 2-3.
- *As origens da Universidade de Évora*. «A Cidade de Évora», Évora, vol. XVI, n.º 41-42, 1959, pp. 37-45.
- DIAS, J. S. Silva — *A política cultural de D. João III*, 2 ts. Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Filosóficos, 1969.
- ESPANCA, Túlio — *Notícia dos edifícios do Colégio e Universidade do Espírito Santo*. «A Cidade de Évora», Évora, vol. XVI, n.º 41-42, 1959, pp. 155-211.
- GOMES, João Pereira — *Os Professores de Filosofia na Universidade de Évora (1559-1759)*, Évora, 1960.
- MARCOS DE DIÓS, Angel — *Estudiantes de la Archidiócesis de Évora en la Universidad de Salamanca (1580-1640)*. «A Cidade de Évora», Évora, vol. XXXIII, n.º 59, Jan.-Dez., 1970, pp. 71 e seg.
- *Projección cultural de la Universidad de Salamanca en Portugal durante el reinado de los Filipes*. «Arquivos do Centro Cultural Português», Paris, vol. X, 1976, pp. 135-169.
- MATQS, Luis de — *Ebora Humanística, 1490-1550*. «A Cidade de Évora», Évora, vol. XXXIII, n.º 59, Jan.-Dez. 1970, pp. 5-21.
- PASSOS, Alexandre — *Algumas representações teatrais*. «A Cidade de Évora», Évora, vol. XXXV-XXXVI, n.º 61-62, 1978-79, pp. 93-113.

PEREIRA, Gabriel — *Estudos Eborenses, Universidade de Évora*, Évora, Minerva Eborensis, 1892.

RAMALHO, A. da Costa — *Algumas figuras de Évora no Renascimento*. «A Cidade de Évora», Évora, vol. XXXIX-XL, n.º 65-66, 1982-1983, pp. 5-18.

REIS, Sebastião Martins — *A Universidade de Évora e o ensino das Ciências Bíblicas*, Coimbra, 1967.

RODRIGUES, Francisco — *História da Companhia de Jesus na Assistência a Portugal*, t. I-II, Porto, 1931.

— *A formação intelectual dos Jesuítas*, Porto, Liv. Magalhães & Moniz, 1917.

SANTOS, Cândido dos — *Humanismo e Teologia nos meados do séc. XVI*. Sep. «Arquivos do Centro Cultural Português», Paris, vol. IX, 1975, pp. 507-553.

SANTOS, Domingos Maurício dos — *A Universidade de Évora, IV Centenário*, Lisboa, Ed. Brotéria, 1959.

SILVA, Amélia M. Polónia da — *O Cardeal Infante D. Henrique, Arcebispo de Évora — Um Prelado no Limiar da Viragem Tridentina*. Porto, 1988 (Dissertação polic.).

— *O Cardeal Infante D. Henrique — Um Prelado segundo o paradigma do Stimulus Pastorum de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires?*. «Actas do Congresso Comemorativo do IV Centenário da Morte de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires». (No prelo).

— *Recepção do Concílio de Trento em Portugal. As Normas Enviadas pelo Cardeal Infante D. Henrique, aos Bispos do Reino, em 1553*. «Revista da Faculdade de Letras — História», II Série, Vol. II, Porto, 1990, pp. 133-143.

STEGMÜLLER, F. — *Filosofia e Teologia nas Universidades de Coimbra e Évora no séc. XVI*, Coimbra, 1959.

VELOSO, J. M. Queirós — *A Universidade de Évora, Elementos para a sua história*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942.

